



REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIDADE DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.

Fátima Crislaine Batista Rocha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: fau.geo@hotmail.com

Victor Andrade Silva Leal
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: victor.leal_geo@yahoo.com.br

RESUMO

Esse trabalho comporta reflexões de uma pesquisa monográfica, no que se refere às contradições do capitalismo expressas na relação campo-cidade, e sua fundamentação intrínseca às análises dos resultados obtidos em pesquisa científica sobre mobilidade do trabalho em Vitória da Conquista-Bahia. Ambas abordagens possuem em comum um estudo sobre a reprodução da classe trabalhadora frente à imposição do capital e como ela se molda, transforma e especializa.

PALAVRAS-CHAVE: Relação campo-cidade, mobilidade do trabalho, classe trabalhadora.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é tratar sobre o modo de reprodução dos sujeitos históricos que formam a classe trabalhadora do sistema capitalista, mais especificamente da cidade de Vitória da Conquista. Para isso, utilizou-se de resultados de pesquisas teóricas e empíricas feitas com objetivos da produção científica acadêmica. Em primeiro lugar, uma pesquisa monográfica sobre a relação campo-cidade e as contradições do sistema capitalista na cidade de Macaúbas/BA, e em segundo lugar, uma pesquisa de iniciação científica realizada com o intuito de compreender a reprodução da classe trabalhadora na periferia de Vitória da Conquista/BA em seu intenso processo de mobilidade do trabalho.

Unem-se aqui, partes de resultados de ambas as pesquisas para que, no processo de maturação cognitiva, se reflita sobre outro processo espacial, a relação campo-cidade em Vitória da Conquista. A partir de então, busca-se compreender como os trabalhadores, por diferentes meios, conseguem estabelecer relações sociais que supram suas necessidades mínimas dentro do complexo social do capital.



Para a exposição dos resultados obtidos, a primeira parte deste artigo dedica-se a realizar um aporte teórico sobre a formação da classe trabalhadora em meio a relação campo-cidade. Nesse intuito, utiliza-se também aspectos da realidade brasileira para travar diálogo com a pesquisa conceitual sobre a teoria em foco. Compreende-se, então, o processo histórico do desenvolvimento das relações econômicas do Brasil desde fins do século XIX, perpassando por momentos da primeira metade do século XX, com o surgimento do Estado Novo.

Já na segunda parte, tem-se uma abordagem sobre a realidade do município de Vitória da Conquista, na Bahia, a qual, nas décadas de 1970 e 1980 se encontra entre o desenvolvimento técnico e expansão das relações políticas à capitalistas no campo, especificamente no plantio de café. Nesse contexto, a reprodução da classe trabalhadora encontra-se na mobilidade uma saída para continuar se reproduzindo minimamente enquanto sujeitos históricos expropriados dos meios de produção. Atualmente, percebe-se que nessa mobilidade entre campo-cidade camponeses e/ou assalariados rurais continuam a buscar uma tentativa de reprodução social nos mais diversos espaços.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A classe trabalhadora se reproduz continuamente mediante a imposição do Estado com leis de cunho capitalista. Podem-se citar, por exemplo, as leis da propriedade privada e da abolição da escravidão, a falta de subsídios ao trabalhador pobre, que implicou, consideravelmente, no êxodo rural, movimento migratório em que camponeses buscaram melhores condições de vida, sediados pelo “desenvolvimento” industrial das cidades. Marques caracteriza tal processo:

No século XIX, verifica-se a modernização da sociedade brasileira com o desenvolvimento do mercado interno a partir de 1808, a estruturação do Estado-Nacional, a transformação da terra em mercadoria, a abolição da escravidão, a formação da classe trabalhadora etc. (MARQUES, p.173, 2006).



A industrialização e sua unidade com a urbanização determinou como princípio a vida urbana. Segundo Marques (2006), em 1930, com a crise da agroexportação do café no Brasil, a cidade se tornou alvo de planejamento do Estado, que cede subsídios a empresas, interferindo nas relações trabalhistas. Essa passou a ser vista como “civilizada” e oportuna de vantagens, e o campo é influenciado pela urbanização e por seu “desenvolvimento”, havendo a submissão e o êxodo rural em busca de vantagens trabalhistas ligadas à aquisição dos direitos.

De acordo com Marques (2006), durante o Estado Novo (1937-1945) a urbanização se consolidou e a agricultura passou por dificuldades, apresentando um período de pobreza no campo. Em 1950, surgiram movimentos camponeses, como o messianismo e o banditismo, que enfrentaram o Estado. Em 1964, segundo Oliveira (1977), com o golpe militar, o Estado tomou medidas radicais frente a esses movimentos e inseriu projetos desenvolvimentistas como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no intuito de implantar multinacionais e promover a modernização industrial do norte e nordeste, tidos como regiões agrícolas e “atrasadas”.

Ainda segundo Marques (2006), os anos de 1970 foram marcados pelas mobilizações sociais dos trabalhadores em sindicatos, um crescimento das lutas do campo e da cidade. Nos anos de 1980, reduziram-se as oportunidades de ascensão social, devido ao baixo crescimento econômico, caracterizando um período de aumento das desigualdades sociais no campo e na cidade, e em 1990 o Brasil iniciou o processo de importações e inserção de tecnologias, causando desempregos e o aumento do setor terciário, movimentando campo-cidade com base à lógica do trabalho, na luta de classes.

Nota-se que a luta de classes envolvida historicamente entre campo-cidade é própria do modo de produção capitalista, que tem por objetivo o contínuo almejo de lucro e possui em sua essência diversas contradições, dentre elas a de que só se ganha lucro retirando-o de outrem: ou seja, só há acúmulo de riqueza gerando a pobreza, pois, segundo Marx:



Na medida em que o trabalho se desenvolva socialmente, convertendo-se assim em fonte de riqueza e de cultura, desenvolvem-se também a pobreza e o desamparo do operário, e a riqueza e a cultura dos que não trabalham. Esta é a lei de toda a história, até hoje (MARX, 2001, p.4).

Essa riqueza acumulada é produto de uma história de hierarquias, leis, imposição e poder repressor, que aliaram interesses entre dominantes no intuito de sempre comandar o cotidiano das massas populares, permanecendo-as oprimida, obediente e “civilizada”. Ou seja, a luta de classes é remota.

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas às vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa (MARX; ENGELS, 2008 p. 9-10).

Marx & Engels (2008) pontua referências que expressaram a luta de classes entre ricos e pobres ao longo da história, e essa dialética existe até hoje. Dessa maneira, a classe dominante continua no comando na cidade e no campo, aumentando suas riquezas mediante a pobreza da classe dominada, acirrando a luta atual entre a elite burguesa e a massa pobre na cidade, e entre grandes fazendeiros e camponeses no campo. Por vezes, entre cidadãos ricos e camponeses pobres, entre fazendeiros ricos e população miserável das cidades. Percebe-se que o conflito entre “opressor e oprimido” existe intermediado na relação. O fato é que pensar que “sempre foi assim e sempre será” infere nas mudanças sociais. Beer (2008) faz uma crítica positiva sobre a visão contínua de Marx e complementa seu raciocínio ressaltando a história da luta possível de desmascarar ideologias e capaz de modificar seu próprio contexto histórico.

A mais perversa armadilha da alienação é acreditar que “sempre foi assim”, e portanto “sempre será assim”. A consciência imediata, presa à particularidade da época em que vive, tende a transformar em naturalidade os contextos sociais, culturais e históricos, justificando a



inevitabilidade das formas sociais estabelecidas. Por esse motivo, o estudo da história é subversivo, é revolucionário, porque serve ao desmascaramento das ideologias, porque, ao inserirem os contextos particulares em sua história, desvelamos suas pretensões de universalidade (BEER, 2006, p.7).

O autor manifesta sobre a versatilidade do movimento de luta que possa interferir no devir histórico e salienta a alienação como um artifício que impede a consciência de classes e negligencia tal luta. A consciência das classes menos favorecidas no campo e na cidade é dificultada pela alienação, uma das estratégias que “cega” essa vasta população pauperizada, para que a mesma não articule sobre a afirmação da sua má condição de vida e não lute através da força popular pelos seus direitos e interesses.

A alienação é uma propulsora dessas artimanhas que manipulam a mente humana a pensar na “escolha livre” que, no entanto, favorece a obtenção de lucro alheio, especificamente de quem sempre está no poder. No campo e na cidade têm ocorrido mudanças socioculturais e espaciais com a alienação da sociedade. O que é alheio e submetido a dinheiro é tido como melhor opção de morada, comida, roupas, escolas, hospitais, e gostos tendendo a um movimento de valorização do que é “de fora” e do que é privado.

A alienação possui uma relação com a garantia da venda e valorização dos espaços privados, e até mesmo da classe burguesa, que vai ser tida como “pessoas importantes” na cidade e no campo, que “merecem” o respeito por sua condição financeira, numa tendência em que os homens se vendem uns aos outros, seja por oportunismos, seja por alienação, o dinheiro vai estar presente. Para Mészáros:

Assim, a alienação humana foi realizada pela transformação de tudo "em objetos alienáveis, vendáveis, em escravos da necessidade e traficantes egoístas. A venda é a prática da alienação. Assim como o homem, mergulhado na religião, só pode objetivar sua essência em um ser alheio e fantástico, assim também, sob o influxo da necessidade egoísta, ele só pode afirmar se a si mesmo e produzir objetos, na prática, pela subordinação de seus produtos e de sua própria atividade à



dominação de uma entidade alheia, e, atribuindo-lhes a significação de uma entidade alheia, ou seja, o dinheiro" (MÉSZÁROS, 1981, p. 8).

Mészáros faz uma inter-relação entre a alienação e a venda de mercadorias. Nessa instância, o capitalismo utiliza da alienação para gerar “escravos da necessidade”, ou seja, pessoas que acreditem que qualquer mercadoria tenha que ser comprada para saciar suas necessidades vitais. Uma lógica de almejo ao lucro através de “traficantes egoístas”, ou seja, capitalistas que inserem nesse movimento, não se apropriando da mercadoria comprada, mas a vendendo e reproduzindo essa lógica, mediante a valorização do capital, para adquirir o lucro “egoísta”, uma vez que ele ganha a entidade alheia, ou seja, ele ganha o dinheiro alienando toda sociedade.

A lógica do consumo atingiu o campo e a cidade, atrelando natureza e sociedade na sua reprodução. Assim, pessoas de diferentes classes sociais vivem do/para o consumo, impelidas a incorporar um padrão de vida que o sistema impõe como necessidade de serem aceitas na conjuntura dominante. Muitas famílias do campo vão para a cidade, na ilusão de conseguir facilidades de uma vida digna, intermediada pelo consumo, e deparam-se em dificuldades nesses espaços.

Na cidade, a necessidade de sobreviver, atrelada ao consumo, impele também a de trabalhar, e, mesmo no deparo com a concorrência empregatícia, a sociedade não se esclarece sobre a alienação. A busca inalcançável pelo trabalho com alta remuneração prevalece, e não se torna ciente do exército de reserva, mas desconfia-se da capacidade física e intelecto do trabalhador, que se vê dependente do capitalismo, e não reconhece sua força de trabalho. Como afirma Martins:

É nesse sentido que emerge o outro lado da alienação da força de trabalho do trabalhador ao capitalista: ele não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante da sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de alienar, de entregar, o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. (MARTINS, 1981, p.157)



Martins apresenta outra realidade que a alienação sujeita na relação campo-cidade. Os trabalhadores de ambos são abordados como iguais e livres, neutralizando as desigualdades sociais para almejar a circulação de mercadorias, enfim, o consumo. Dessa maneira, a verdade é reproduzida às avessas, de que o trabalhador depende do capitalismo. O incessante almejo do lucro, via consumo, implica no aumento da produção de mercadorias e esforço dos trabalhadores que vendem sua força em troca da sobrevivência.

Muitos homens e mulheres do campo e da cidade são cobiçados, não só pelo consumo imposto pelo capital, como também por trabalhos que alimentem a lógica capitalista, vendo nessa a oportunidade de conseguir dinheiro e mudar de posição social, através de trabalhos de cunho capitalista, migrando para as grandes e médias cidades em busca de empregos, proporcionando às empresas mão de obra barata e o aumento da produção de mercadorias, como reflete Martins:

O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que aquele que ela contém. Nós sabemos que só o trabalho cria valor, cria riqueza, e que esse valor se mede pelo número de horas de trabalho socialmente necessárias à produção de mercadorias (MARTINS, 1981, p. 153-154).

Ainda assim, no trabalho predominará uma falsa equidade de classes e interesses. O trabalhador não se enxerga na condição de explorado, nem o empresário/fazendeiro se vê como capitalista que ganha seu lucro através da exploração do trabalho assalariado. Há um aceite da situação imposta, mediante a alienação, e a desigualdade social será observada como normalidade. Por vezes, o trabalhador confunde sua exploração com dedicação e se vê na condição de dono do setor que trabalha. E, conseqüentemente, dono da empresa, dono da fazenda, apropriando do discurso capitalista, submetendo na personificação do capital, ou seja, “Enquanto capitalista, ele é apenas capital personificado. A sua alma é a alma do capital” (MARX, 1984, p.188).



Ao mesmo tempo em que na insatisfação perante a má qualidade de vida e a exploração do trabalho a massa popular se indigna, cotidianamente, com a imposição da classe dominante, e de alguma maneira participa da luta de classes inserida nesse contexto capitalista. Pensando na hipótese de “acalmar” essa luta de classes, foi criado o Estado, um falso mediador entre classes, que utiliza do discurso do coletivo para propor metas privadas de cunho burguês. Para Lênin:

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (LÊNIN, 2007, p. 30).

O Estado é, portanto, produto da luta de classes, e sem esse conflito com a igualdade social e de produção o próprio deixaria de existir, ou, como relata o autor “[...] enviará a maquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze” (LÊNIN, 2007, p.33).

Para não deixar de existir e manter a ordem, o Estado vai compactuar com essas contradições que mantêm o conflito de classes na relação campo-cidade, usando o poder repressor militar para apaziguar a luta popular. Além disso, propagandeia obras, benfeitorias, subsídios empresariais e privatizações como se fossem de utilidade pública, utilizando do discurso “homogeneizador” de beneficiamento coletivo para arcar interesses privados. Nessa índole, os direitos legítimos, que são inerentes ao ser humano, como o direito à alimentação, saúde, educação, habitação, transporte (direito de ir e vir) à cidade, ao campo vão ser limitados, economicamente, por contradições legais impostas à sociedade, que fundamentam o direito à vida, pautado na visão econômica e burguesa, na sua garantia de lucro e poder.

Nesse sentido, as legitimações revelam que as instituições existentes são aptas para a empregar a força política para a realização a dos valores



constitutivos de uma certa sociedade. Faria afirma que a legitimidade não se vincula á resolução das contradições da sociedade de classes, mas, geralmente à conservação de uma identidade normativa estabelecida, do mesmo modo, os conflitos são mascarados, ocultando suas origens históricas á medida que os trazem para o plano das abstrações, generalizações e tipificações do universo jurídico. (SILVA, 1999, p.34).

Silva aponta uma realidade da jurisdição brasileira, na qual o Estado, juntamente com a legislação, maquia a luta de classes existente, fomentando propostas legalizadas e “modernas” que “desenvolvam” campo e cidade, e propiciando de fato os investimentos de acúmulo de capital da elite.

Um dos exemplos observados no campo é o incentivo do Estado à modernização agrícola, na qual muitos camponeses se veem desamparados, mediante a concorrência com os grandes latifundiários. Quando expulsos de suas terras, migram para as cidades para tornarem trabalhadores precarizados, sendo que, muitas vezes, esses mesmos camponeses voltam para suas terras, não mais como camponeses, mas como assalariados, sem seu meio de reprodução de vida, que é a terra. Como afirma a autora, a lei favorece apenas à classe dominante, pois:

No tocante ao campo jurídico, muitas foram as leis que ora disciplinavam os *enclousures*, ora a transformação dos expropriados em pobres, vagabundos, ou operários, ou ainda, a destruição do uso costumeiro das florestas. De um modo geral, a existência de inúmeras leis reflete o caráter conflituoso e não consensual das relações entre as classes envolvidas (SILVA, 1999, p.28).

Na cidade, muitos trabalhadores apresentam-se desassistidos pelo Estado, que fundamenta em lei a sua responsabilidade de garantir saúde, educação, alimentação, moradia e lazer público de qualidade, enfim a uma vida digna nas cidades. Mas que, por regulamentos jurídicos e estaduais, são direitos transpassados ao setor econômico, que vem constituindo o público a uma parceria privada, se não totalmente privatizada, e, por conseguinte, desampara a massa que mais necessita desses direitos, com base em Silva (1999). Portanto, há de se considerar que as leis também utilizam a lógica da mercadoria,



com o auxílio do Estado, inferindo nas relações sociais, induzindo a essas um caráter mercantil presente no campo e na cidade.

A MOBILIDADE DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

As relações capitalistas de produção no Centro-Sul da Bahia se fortalecem, principalmente, a partir da década de 1970, quando o Estado passa a incentivar o desenvolvimento do cultivo do café, com o propósito de “integrar” esta parte da Bahia a dinâmica da região produtora de café do Planalto Brasileiro (SANTOS, 1987). As terras passam a ser valorizadas e tituladas, gerando diversos conflitos entre proprietários e posseiros da região. Os processos de expropriação camponesa e expulsão de trabalhadores rurais do campo são evidentes e a mobilidade desses sujeitos para as cidades da região, em destaque Vitória da Conquista, se acentua nas décadas posteriores. Expropriados, parte dos camponeses tornam-se trabalhadores assalariados tanto no campo quanto nas cidades. Uma das expressões desse processo ocorre em meados da década de 1980, quando dada a precariedade das condições de trabalho, os trabalhadores do café entram em greve.

Produto do avanço do capitalismo no campo, a greve dos catadores de café, constitui um importante capítulo da organização dos trabalhadores rurais assalariados, frente ao “modelo de desenvolvimento” implementado pelo Estado. Este modelo alterou profundamente as relações de trabalho existentes até então, repercutindo diretamente nas relações camponesas, não assalariadas, e também na degradação das condições do trabalho assalariado, mediante a perda de direitos trabalhistas, a maior exploração do trabalho, e a introdução de maquinários poupadores de mão-de-obra, rebatendo no rebaixamento dos salários e no aumento do desemprego (SOUZA, 2008).

Frente a essa realidade, e devido à crescente expulsão do homem do campo, via expansão de tecnologias, além da falta de oportunidades de emprego nas cidades, pode-se observar dois principais processos na região: primeiro a intensa mobilidade do trabalho, em que os trabalhadores saem em busca de submeter sua força de trabalho em outros lugares e regiões do país, ou a consolidação de novas frentes de luta pela terra que



adquire maior proporção na década de 1990, quando diversas ocupações de terras ocorrem na região.

No geral, estes trabalhadores vivem nas periferias das cidades ou no campo, e nessa condição, não possuem os meios de produção, tendo como única alternativa de vida engrossar as fileiras dos trabalhadores desempregados, que lutam pelo acesso ao trabalho e estão, cada vez mais, sujeitos a se entregarem a péssimas condições de emprego para garantir a mínima reprodução social sua e de sua família. No processo constante de mobilidade do trabalho muitos “se perdem”, ou os laços com a família vão se distanciando, em alguns casos caracterizando uma verdadeira desagregação familiar.

Em pesquisas de nos anos de 2012 e 2013, foram feitas entrevistas com diversos trabalhadores das periferias de Vitória da Conquista, e nelas se constatou também que muitos perderam seu vínculo com o campo, inclusive o desejo de voltar para a terra. Mesmo tendo péssimas condições de trabalho e de vida nas periferias, os trabalhadores advindos do campo, que tiravam seu sustento da terra, e que se estabeleceram na cidade, não evocam o desejo de voltar a realizar essa atividade.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados no centro da cidade mora na periferia urbana. Vale frisar que os conceitos de *centro* e de *periferia* utilizados nesse trabalho não fazem nenhuma menção à periferia geométrica da cidade de Vitória da Conquista. Ao citar sobre essa relação de segregação urbana, refere à periferia social como o espaço urbano que fica às margens da produção da estrutura urbana, e ao centro social, onde se aglutinam essas estruturas, serviços e outros “privilégios”. Raramente esses sujeitos possuem alguma perspectiva de sair de lá, sendo que, na maioria dos casos, eles desejam migrar para outros bairros também periféricos, mas que ofereçam melhor estrutura, como o Bairro Brasil. Porém, ao se perguntar sua perspectiva de vida, ou algum sonho, a maior parte deles demonstram um desejo de “melhorar a situação”, ter uma casa própria, ganhar mais dinheiro, ou até mesmo garantir uma “boa” educação para os filhos. Mas, esses mesmos trabalhadores, tendo consciência da situação da sua classe em geral, pouco tem uma perspectiva de mudança objetiva em mente, as vezes até desacreditam em uma melhora social possível.



A intensa mobilidade dos trabalhadores é registrada nas entrevistas realizadas em Vitória da Conquista. A maioria deles contam ter passado por diversos tipos empregos, e até realizado diversas funções na medida em que estavam no mesmo emprego. Podemos perceber claramente este fato na fala de um trabalhador terceirizado de uma instituição pública, o qual diz que já trabalhou “na Nordeste Segurança, na tesouraria. Fotolândia como faz tudo, tirava foto, diagramava imagens, mexia com contabilidade, um monte de coisa. Na lan house. Numa loja de Xerox, e mais uns lugares”. Encontram-se diversos sujeitos que migram para cidade no intuito de buscarem “melhores condições de trabalho”. Estes vêm, em sua maioria, das cidades circunvizinhas e do campo, expulsos da terra pelo processo de mecanização da atividade agrícola industrial, como relatado antes.

Dos trabalhadores entrevistados, muitos possuem condições específicas de trabalho, mas um fato liga, fundamentalmente, toda a reprodução social realizada por eles, a necessidade da manutenção do sistema capitalista de produção. Seja direta ou indiretamente, os trabalhadores estão a mercê da produção do capital, mesmo que seja em relações não capitalistas, como os trabalhos não assalariados e os desempregados. Todos esses sujeitos devem-se curvar a essa lógica da produção da sociedade, na qual toda a riqueza é produzida por uma classe e apropriada privadamente por outra, antagônica à primeira. Nas pesquisas de campo, foi percebido que, mesmo não possuindo um patrão para exigir mais esforço em sua atividade, são os próprios trabalhadores e trabalhadoras que estão condicionados a explorarem sua própria força de trabalho, na perspectiva de garantir “melhores condições de vida” que, contraditoriamente, reproduzem o sistema que o explora.

Essa característica do trabalho encontrada na pesquisa expressa as formas de intervenção do capital sobre o trabalho e a degradação destas condições, apresentadas àqueles que precisam vender sua força de trabalho como condição única de sobrevivência. Demonstra os imperativos da crise estrutural do sistema do capital e o não acesso ou o acesso precário ao mundo do trabalho. A “baixa qualificação” acaba por intensificar a exploração da força de trabalho e, ao mesmo tempo, a extração de mais-valia para os



detentores dos meios de produção (capitalistas e latifundiários). Assim, a mobilidade do trabalho apresenta-se como condição fundamental de reprodução de parte da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que, dada existência de um exército cada vez maior disponível para o trabalho assalariado, permite, contraditoriamente, a maior extração da mais-valia, interessando diretamente as classes proprietárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa análise feita até aqui, foi possível perceber que a classe trabalhadora, no espaço urbano e agrário, foi moldada, dentre inúmeros processos, pela relação campo-cidade. Relação essa que é eternamente necessária para a produção social em que vivemos. Assim, as políticas do Estado burguês, bem como as mudanças técnicas da agroindústria de Vitória da Conquista/BA proporcionaram que a classe trabalhadora se organizasse com suas especificidades no município. No caso específico estudado, esses trabalhadores, passando por um processo de proletarianização, acabaram se concentrando nas periferias urbanas, sobrevivendo principalmente, mas não exclusivamente, de relações urbanas.

Foi possível observar que a maior parte dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista possuem relações diretas com o campo. Comerciantes relataram que compram produtos de trabalhadores do campo para comercializar nos mercados. Esses trabalhadores transitam na cidade em busca de uma reprodução social. Essa é uma realidade ainda a ser estudada mais detalhadamente, pois foram priorizados nesse artigo apenas os trabalhadores das periferias urbanas.

Além disso, sabe-se que as maturações teórico-metodológicas devem ser aprofundadas para a melhor viabilização dessas e de outras pesquisas futuras sobre o tema, não tratando esse desenvolvimento como completo ou estagnado, e sim como parte de um todo que ainda pode ser acrescentado futuramente.

REFERÊNCIAS



BEER M. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

LENIN V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo. Editora Expressão popular, 2007.

MARQUES, Marta. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 3, p. 170-185, 2006.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro, 2. ed. Editora Vozes Ltda.1981.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política: O processo de produção do capital; Editado por Friedrich Engels, 1894. V.1, t.2; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: **Obras Escolhidas de Marx e Engels**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/ d, vol. 2, p. 264. 2001. Disponível em:<<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer marx/tme 05.pdf>>, acesso 13 de out. de 2012.

MARX K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Marx**: A Teoria da Alienação, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/29618174/Marx-A-Teoria-da-Alienacao-por-Istvan-Mezzaros-cap-1-Origens-do-Conceito-de-Alienacao>, acesso em 13 de out. de 2012.



OLIVEIRA, F. M. C. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste - planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça.** 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: EDUNESP, 1999.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes.** Camponeses em luta pela terra no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2008.